



Mestrado em Direito

ARTIGO TEORIA GERAL DO DIREITO

A AXIOLOGIA JURÍDICA E O FENÔMENO DA PRESCRIÇÃO NO DIREITO

Ilido Funes



[Redacted]
[Redacted]
Mestrado em Direito
[Redacted]

ARTIGO TEORIA GERAL DO DIREITO

A AXIOLOGIA JURÍDICA E O FENÔMENO DA PRESCRIÇÃO NO DIREITO

[Redacted]
[Redacted]
[Redacted]
[Redacted]
[Redacted]

Ilido Fucs
[Redacted]
[Redacted]

SUMÁRIO:
[Redacted]
[Redacted]
[Redacted]
Bibliografia:

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo a produção de [Redacted]
[Redacted]
[Redacted]
[Redacted]
[Redacted] *em o valor jurídico por trás do fenômeno da prescrição, qual seja, a segurança jurídica.*
[Redacted]

[Redacted] Das Ziel dieses Artikel war die Produktion einer [Redacted]
[Redacted] *von Art 7* [Redacted]
[Redacted] riert sich auf das [Redacted]
[Redacted] *so, wenn die gesetzliche*
[Redacted] *ber die existenzielle und*
[Redacted]
[Redacted] Rechtsnorm; Postulaten, Prinzipen und Regeln; Rec
[Redacted]

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das discussões travadas em sala de aula no [Redacted]
[Redacted] ministrada pela Profa. Dra. Marília
[Redacted] *no Curso de Mestrado em Direito promovido pela Universidade Federal de*
[Redacted]
[Redacted]

pacidade criadora, ora exercida na
dos contextos acadêmicos a

lo caso específico, o interesse foi originado através da leitura dos textos clássicos da
udado através da intelecção
ção, mas, somente agora.

do valor no Direito, a axiologia jurídica propriamente dita, o seu aspecto cultural, sua
encial do homem, a figura do tempo
entre muitas questões tratadas e esmiuçadas ao longo do semestre de reflexões.

o seu final. A angústia e a impaciência, às vezes, tomavam conta da mente do
zes de afetar a tranqüilidade de
sem mesmo pressentir ou sentir qualquer inspiração.

com sob o nada existencial, prevenindo, por fim, o tema a ser versado,
objeto da presente digressão intelectual.

traz do fenômeno da prescrição, que também é jurídi

tratado na trilogia ora proposta, qual seja, tempo-

2. DIREITO: CIÊNCIA CULTURAL

2.1. PASSEIO HISTÓRICO PELAS ESCOLAS DO PENSAMENTO JURÍDICO

Antes de se adentrar especificamente ao tópico apre-
algumas escolas do pensamento jurídico, tendo em vi-

Assim revela Machado Neto em sua contribuição:

... a variabilidade das

corre que a ideia de justiça aplicada ao Direito depara-se com duas fontes históricas: a

ii *Compendio de introdução à ciência do direito*, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

que, o segundo, alcunhado de Jusnaturalismo Racional

Machado Neto em outra contribuição:

un tratamiento científico del derecho. Por debajo, *unus, nullus est un derecho eterno et inmutabile, ya sea de creación divina -el jusnaturalismo teológico- o ya sea privado de la razón humana y de sus principios una ciencia. En lo que hace al otro, debería encontrar*

ismo de ordem divina, especialmente

antes durante a Idade Média, onde ou

marcadamente cristãos. Percebe-se tal circunstância

Não é sem motivo que em parte alguma, nos livros sagrados e canônicos, se poderia encontrar que, mesmo em relação à mortalidade, para prevenir ou *non estis superbiae, sed humilitate coram domino habitate. Non levantatis falso testimonio contra*

Por sua vez, em relação ao Jusnaturalismo Racional

desenvolvimento da metafísica racional, especialmen

da ciência. No que faz ao outro, deveria encontrar no primeiro o paradigma que deveria perseguir e
Entre 1780 e 1790, o fim, vem a lume as grandes

[redacted] *topos* *des*
[redacted] *a posteriori*

Kant, em sua intensa produção intelectual, preconiz[redacted]
[redacted] *a priori*
[redacted]
[redacted] qualquer corpo que se conhece. Não
[redacted] *a priori*
[redacted]
classificada em Analítica Transcendental, composta [redacted]
[redacted]

[redacted]
[redacted]
[redacted]

[redacted]
[redacted] pois os objetos sensíveis são
[redacted]
[redacted] *ca*

[redacted] *praktische allgemeine*

§
des Willens enthalten.

ência. É, pois, imperativo quem
sejam livres. Destarte, não há se falar em lei mora
ência da liberdade do homem, da

Lei fundamental da razão prática

§
§

§
§

§
teoria iluminista, passou a história como expressão
racionale.

iológico do Direito Natural com base
na justiça para a palavra estrita e centrada unicam
atividades econômicas, centradas no
ção ao Estado, anteriormente
restringido ao conteúdo do texto legal.

§
§ como princípios que determinam a vontade, não pela
§
§
§
§
§

concreto, reduzindo significativamente o papel do o

Deve-se recorrer, novamente, a Machado Neto para o esforço de síntese acerca do papel

el plano del derecho privado individualista institu...
la época la adhesión a una...
ho con la ley. Como esta...
aproximada de hecho el espíritu de ese momento...
Vezco del silogismo para...
tencia jurídica, en manos...
para el ámbito de ser...

exegese literal da lei, tendo emba...
fregüentes nos textos legais, incapazes de predizerem sua finalidade, a conduta humana e...
m seus liames interpessoais.

Volksgeist

Compendio de introdução à ciência do direito, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.
maíusculo evento social que significou a promulgaçã...
do direito privado individualista institucionaliza...
uma que todas as cases pudessem ser resolvidas. A...
silogística da lei plena...
del derecho...



[Redacted line]

escola jurídica, o jurista alemão Friedrich Carl Vo

[Redacted line]

[Redacted line]

[Redacted line]

em torno do fenômeno jurídico,

[Redacted line]

o de serem jurisdicizados, em

[Redacted line]

[Redacted line]

[Redacted line]

[Redacted line]

[Redacted line]

inventariar el valioso material histórico que han acumulado los juristas en

busca de una respuesta satisfactoria para aquel problema que enunciamos al

apacible de la vida del

[Redacted line]

No Século XIX surge um saber científico que intenta

os dois domínios antes da criação qual seja a sociologia. Seus tentáculos

destrutivos alcançam inclusive sobre o Direito.

[Redacted line]

que o seu conhecimento em fundamento científico

produzido jurídica como base do conhecimento, mas

[Redacted line]

não é todo conhecimento que é produzido somente pel

9 [Redacted line]

[Redacted line]





[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED] *o nasso propria*

[REDACTED]

[REDACTED] (apenas posta em acção por impressões sensíveis) produz por si mesma,

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED] ristas brasileiros de escol como, por

[REDACTED]

[REDACTED] consideração, segundo a qual nas portas

[REDACTED] *ção da entrada de quem não fosse*

[REDACTED]

[REDACTED] *responsabilidade por um abso*

[REDACTED] *sen, ao trazer vasta contribuição ab*

[REDACTED] *multíplica e correção*

[REDACTED]

[REDACTED] *o filósofo austríaco concentra o Direito ao redor de uma jurídica esta com um*

[REDACTED] juízo lógico de dever-ser, já que a Ciência do Direito seria uma espécie de conhecimento

[REDACTED]

[REDACTED] *naturais, ao empunhar uma lógica do ser; noutros ter*

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED] necessariamente entra em ebulição. Tais certeza e p

[REDACTED]

[REDACTED]

Na afirmação evidente de que o objeto da ciência ju

[REDACTED] s normas jurídicas o

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED] *souber geometria*. PLATÃO. [REDACTED]

As também só são objeto de um conhecimento jurídico enquanto relações jurídicas. Isto é, como relações jurídicas, não se pode apreender o seu objeto "juridicamente", isto é, do ponto de vista da norma jurídica. Isto não significa que a norma jurídica não seja uma relação jurídica. Pelo contrário, a norma jurídica é uma relação jurídica.

Apesar do seu formalismo extremo, baseado na concepção clássica da norma jurídica, a doutrina de Kelsen e sua reflexão em torno da norma jurídica, não se limitou a analisar o aspecto formal da norma jurídica, mas também se preocupou com a sua eficácia. Tudo o que não está juridicamente proibido, é juridicamente permitido. A doutrina de Kelsen e sua reflexão em torno da norma jurídica, não se limitou a analisar o aspecto formal da norma jurídica, mas também se preocupou com a sua eficácia. Tudo o que não está juridicamente proibido, é juridicamente permitido. A doutrina de Kelsen e sua reflexão em torno da norma jurídica, não se limitou a analisar o aspecto formal da norma jurídica, mas também se preocupou com a sua eficácia. Tudo o que não está juridicamente proibido, é juridicamente permitido.

Essas contribuições foram assimiladas por Carlos Cossio, ao estruturar a Escola de Loggia Jurídica, cujo foco central é a conduta jurídica. A doutrina de Kelsen e sua reflexão em torno da norma jurídica, não se limitou a analisar o aspecto formal da norma jurídica, mas também se preocupou com a sua eficácia. Tudo o que não está juridicamente proibido, é juridicamente permitido. A doutrina de Kelsen e sua reflexão em torno da norma jurídica, não se limitou a analisar o aspecto formal da norma jurídica, mas também se preocupou com a sua eficácia. Tudo o que não está juridicamente proibido, é juridicamente permitido.

2.2. A ONTOLOGIA JURÍDICA

Carlos Cossio norma jurídica. Neste sentido, o Egologismo traz

²² Kelsen, Hans, *Teoria pura do direito*.

icos como acima já discorrido, pois e baseiam nos princípios da universalidade e da necessidade, não admitindo a nada para trazer coerência à Ciência Jurídica.

a biologia, a química, etc., não são ideais, mas, o exemplo. Tais objetos das ciências naturais são também e resolver dizer que uma rosa dói a crítica que estuda os objetos naturais ao emparelhar o estudo sobre os diferentes tipos de rose da mesma forma e maneira através do método utilizado é o empírico indutivo, empírico, particular ao geral, mas também do a percepção em conjunto com a explicação.

omo objeto da ciência, pois não a coisa não tirando parte do conhecimento científico pois pensar não necessariamente significa conhecer. Impende a repro

Nunca posso, portanto, converteriam realmente em fenômeno, desta sorte impossível se progredir; sem crítica da razão pura, é a verdadeira fonte de toda incredulidade, que está em conflito com a moralidade e é sempre muito dogmática.

[...] a relação jurídica necessária e fundamental para a conduta humana.
 [...] conduz a uma interação constante e
 [...] e numa relação jurídica de
 humana em interferência subjetiva somente pode ser
 [...] de consciência não é a explicação, como ocorre nas ciências naturais, mas sim a

através da conduta humana, que se expressa e é inte
 [...] jurídica é apta a pensar a conduta em que consiste, e consequentemente a [...] biológica a conduta normatizada.

3. O TEMPO

[...] refere do fenómeno da prescrição, o tempo passa a ser fator de fundamental
 [...] não podendo ser desprezado nestas condições.
 [...] sídia, não haver exercido o seu direito
 [...] ação. Dois cortes teóricos foram dados neste estudo: o primeiro através do
 pensamento de Kant, no aspecto racional do juízo es
 [...] desta vez, fenomenológica.

² *in tradução livre:* "falta"

3.1. KANT E O TEMPO METAFÍSICO

sensibilidade e entendimento. A sensibilidade é a forma
 qual o conhecimento se relaciona de forma imediata
 com os objetos para combater não sensíveis
 no nível dos conceitos do entendimento. Por outro lado, só se podem combater objetos
 sensíveis dados pela intuição, pois o ponto de partida do conhecimento é a experiência da
 intuição. Assim, o tempo metafísico é tratado
 principalmente na Estética Transcendental,
 onde o filósofo irá dissertar sobre os juízos sintéticos
 a priori, o tempo e o espaço.

todos os princípios da
 lógica pura e que se denominará lógica
 contém os princípios do pensamento puro e que se denominará lógica
 os seus
 a sensação para restar
 somente a intuição pura e simples
 duas formas puras da intuição sensível, como princípios a priori do conhecimento
 a priori.

se abstrair de qualquer matéria dada na sensibilidade, deve-se perceber seu
 conteúdo
 para estender os juízos matemáticos a toda e qualquer objeto do conhecimento. Todavia,
 não há nada no espaço e todos os determinantes
 espaço, bem assim, unicamente de
 a priori.

Kant, Critica da Razão Pura, 1781, § 10, A 102.



quanto o tempo a sua manifestação

fenômenos em geral. Os
como todas as representações, quer tenham ou não po
mediatamente, dos fenômenos externos
dos sentidos, estão no tempo e necessariamente suje

o sintético

3.2. COSSIO E O TEMPO EXISTENCIAL

enriquecida através da
Carlos Cossio incorpora na
a noção de tempo existencial expressa em Martin

presente, de acordo com esta concepção cronológica

Martin Heidegger (Freiburg)
Freiburg. Sua obra principal chama-se

... e no passado, sem conseguir alcançar o futuro, todavia não alcançado. O tempo em tal perspectiva estanque representa um objeto quebrado em três pedaços, cada um representando o passado, o presente e o futuro, jamais passíveis de serem...

... e assim, a vida humana se vive...

... iguais, as horas são de...
... presente, expressão...
... presente y al futuro, nos...
... ante que consideremos...
... edra un fragmento que será ya pasado, otro que será...
... en la misma...
... descomposición. Estaríamos como en el filo de una navaja...
... No obstante es obvio que el ser humano vive...
... siempre en presente.

... tempo existencial, no qual se insere a conduta humana e humana, a qual não...
... expectativas futuras, já que não se...
... pode pensar no ser humano de forma estanque, sem o...

... apresenta surpresas, dificuldades de compreensão pa...
... passada, entre que será futuro, e entre elas se uniu...
... veríamos que dizer que o presente físico é um tem...
Abeledo-Perrot, 1967, p. 63-64.

[Redacted text block]

Y efectivamente es así, no solo en las frases sino también en una composición existenciales van naciendo y creciendo juntos. Qué amnesia total, no obstante ser pasado, y allí va *primeras palabras de la* existencial nos encontramos con que todo instante presente no es un instante

representativo da consagração do tempo existencial, em termos de conduta humana inte norma geral e abstrata, que a prevê de forma legis individual e concreta, no caso específico da preser *legislação do trabalho e mesmo em sede de execução* r um lapso temporal sem a exigência

o também em uma *composição musical. Mas ainda: qualquer ação humana* poderia seguir falando; a criação do meu espírito c *presente não é um instante sem passado e sem futuro* *o direito en el derecho judicial*

4. O VALOR POR TRÁS DO FENÔMENO DA PRESCRIÇÃO: A SEGURANÇA JURÍDICA

apel do tempo metafísico e existencial na análise da liberdade intersubjetiva, e a sua correlação com o
adaga-se qual seria o valor que estaria servindo de
a, base para a regulamentação da

parte da Teoria Ecológica do Direito tão explorada
l, pois trata da conduta humana em
interferência intersubjetiva, o valor deve estar pe
regulamentadas, a

A escolha social por esta ou aquela regra, ao inter
utros. Cassio estabelece os chamados pares axiológicos
em os seus reflexos na Ciência do Direito, quais sejam, ordem e segurança; poder e
quando os valores individuais são mais prestigiados ora para uma heteronomia, no
instante que as liberdades do indivíduo são mais re

Verifica-se, claramente, tal relação no par axiológ
escolhas, tendo em vista a previsão da estabilidade
dem jurídica legítima. Neste sentido sente-se livre o cidadão, para expressar seus
cordos de vontade, o que, por outro lado, uma ordem limitada ao ponto de, no caso,

entretanto, por mais restrita que fosse, *terminar por extirpar a sua liberdade íntima de modo que o homem é livre para obedecer as regras impostas pelo seu senhorio.*

... *en un ejemplo sencillo para saber cómo se resuelve el problema en una república cuando el número de vehículos de automóvil. El vehículo podía circular tranquilamente por las calles y plazas de los municipios...*

... *automóviles al bucólico municipio y cada uno de los vehículos reduciendo la seguridad de aquel primer automóvil y...*

... *momento en que los desastres automovilísticos provocados por la seguridad de los automóviles comienza con la seguridad de los automóviles...*

... *ya por lo menos...*

... *mensurar, em termos matemáticos, o grau de ordem ou segurança jurídica...*

... *cada ordenamento jurídico, pois depende do Direito...*

... *elas formas os extremos são incompatíveis com a justiça, o valor axiológico que...*

Aristóteles:

... *justiça, então, nesse sentido é a virtude perfeita, ainda que com uma...*

... *to menos manter por parte das autoridades um custoso sistema policial de fiscalização e repressão...*

... *automóvel e do seu tranqüilo deslizar pelas...*

... *s e a falta de normas terminarão por comprometer...*

... *ntir, nesse momento, a necessidade de uma ordem, de...*

... *exigência básica de mínima segurança. Ao chegar...*

[REDACTED]
[REDACTED] porque a justiça é considerada a virtude como a virtude principal, não sendo
[REDACTED] a justiça se encontra toda a Virtude somada.¹²¹
[REDACTED]

[REDACTED] pode-se concluir, por exemplo, que o valor axiológico
[REDACTED]
[REDACTED] modo eterno, notadamente na esfera patrimonial, nunca no trato de questões fiscais,
[REDACTED]
[REDACTED] identificado em diversos diplomas legais.¹²²

5. CONCLUSÃO

[REDACTED] desvela uma satisfação intelectual
[REDACTED] para qual se há de estabelecer um fim digno e proporcional. Ao se elaborar com um
[REDACTED] s folhas de papel repousadas sobre
[REDACTED] ário do que se pretende refletir,
[REDACTED]
[REDACTED] presente, com base em inúmeras considerações perpétuas.
[REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED] dissertação de Mestrado, ou seja, a
[REDACTED] de conceitos lógico-jurídicos e não jurídico-positivo.
[REDACTED]

[REDACTED] naturalmente construíram essa ponte intelectual, car.
[REDACTED]
[REDACTED] título final de conclusão de Mestrado.

[REDACTED]
[REDACTED] o da pretensão laboral; e, em relação à execução
[REDACTED]

Esta ponte caudalosa e fértil denomina-se “valor”,
normativismo, a metafísica racional, o egologismo,

própria, afastando-se do sumário inicialmente gizado.

prazo fatal da entrega se

*O sentimento do dever cumprido de reflexão surge após a sua releitura, antes
concluído com estas linhas, pois a leitura própria*

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. *Verdade de Deus. Parte I*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSSIO, Carlos.
1954.

El derecho en el derecho judicial. 3. ed. Buenos Aires: Abelardo-

Fundamentación egológica de la teoría general del derecho.

De Krieken. 5. ed. Lisboa: Gulbenkian.

De Krieken

. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

De Krieken